

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO**

**POLÍTICA DE APOIO AO PLANEJAMENTO MUNICIPAL**

**INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES**

**IJ00437  
7340/1985  
EX:2**



I 800 437

029815 2  
59 P  
7340/85  
ex. 02

POLÍTICA DE APOIO AO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO  
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES



POLÍTICA DE APOIO AO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

NOVEMBRO/1985

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Gerson Camata

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO  
Orlando Caliman

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES  
Manoel Rodrigues Martins Filho

## COORDENADOR TÉCNICO

Antônio Luiz Caus

## SUPERVISÃO

José Francisco Bernardino Freitas

## EQUIPE TÉCNICA

Flávio Machado Barros

Inês Brochado Abreu

Maria Cristina Charpinel Goulart

Manços Fernandez di Cavalcanti

Rômulo Cabral de Sá

Terezinha Guimarães Andrade

## APRESENTAÇÃO

---

O presente documento visa definir um plano de trabalho que integre as ações do Departamento de Estudos e Projetos Urbanos-DTU, no que diz respeito ao Apoio ao Planejamento Municipal.

Para tanto, aqui serão estabelecidos os objetivos a serem alcançados, e metodologia utilizada no desenvolvimento das diversas atividades. A integração destas atividades possibilitará o atendimento das necessidades municipais, dotando a administração local de instrumentos normativos (legislação urbana e tributária), administrativos (estruturação, cadastros, planos), treinamento de recursos humanos e orientação através de campanhas educativas, permitindo à administração local o prosseguimento no processo de planejamento.

Para implementação destas ações, necessário se torna a participação da população local, não só para garantia de aplicação e observância dos documentos elaborados, mas principalmente para democratizar o processo de planejamento, permitindo à comunidade local o pleno exercício de seu direito de cidadania.

Entretanto, uma série de fatores de natureza política e econômica, que escapa ao controle dos técnicos, pode impossibilitar uma proposta participativa no nível desejável. Portanto, não basta instituir uma proposta participativa para que ela aconteça de maneira efetiva; torna-se indispensável, além do empenho dos técnicos, a real determinação em democratizar este processo por parte dos Executivos Estadual e Municipal.

Este documento, além de estabelecer diretrizes para o desenvolvimento dos trabalhos do DTU, pretende servir de orientação a elaboração de termos de referência e convênios específicos para o atendimento aos municípios.

ÍNDICE	PÁGINA
APRESENTAÇÃO	
JUSTIFICATIVA .....	7
OBJETIVOS .....	12
METODOLOGIA .....	14
PRODUTOS .....	24
QUADRO I: REDE URBANA - 1985 - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO..	25
QUADRO II : PLANO DE TRABALHO . . . . .	32

## JUSTIFICATIVA

---

A inexistência de uma política urbana e de uma legislação de controle da ocupação do solo, tem contribuído, sem dúvida para a transformação do panorama das cidades, gerando graves problemas urbanos.

A maioria das sedes dos municípios do Estado do Espírito Santo cresce sem plano ou orientação, ao sabor dos interesses de diferentes grupos sociais. Como um dos muitos exemplos, grande parte dos municípios não possui nenhum instrumento que regule o crescimento das áreas urbanas. Códigos de obras se limitam a fixar procedimentos administrativos para aquisição de Alvará de Licença e Habite-se; loteamentos urbanos não obedecem a nenhuma diretriz que possibilite a sua integração no núcleo urbano existente.

Na raiz dos males, além das dificuldades financeiras oriundas da concentração de recursos na esfera federal, está a escassez de pessoal treinado nas diferentes especialidades necessárias ao estudo de problemas urbanos, especialmente na fiscalização de obras particulares e loteamentos.

Face a isto, o Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN - vem assessorando as Prefeituras da Aglomeração Urbana de Vitória e do interior do Estado, oferecendo-lhes subsídios e elaborando propostas de intervenção.

Tais ações tem se caracterizado pela elaboração de cadastro imobiliário urbano, cadastro sócio-econômico, capacitação de recursos humanos e, elaboração de legislação urbana.

Entretanto, este atendimento tem se dado de forma **varejista e isolada**, caracterizando-se por intervenções de resultados apenas imediatistas. Tais



resultados, nem sempre, garantem a eficiente implantação de uma política urbana municipal.

Por outro lado, estas ações mesmo que executadas dentro de padrões técnicos desejáveis, geralmente por razões de exiguidade de tempo e poucos recursos financeiros, não têm contato, na maioria das vezes, com a participação da população local. Tal participação é condição indispensável na elaboração e implantação dos trabalhos do Instituto, possibilitando que o planejamento seja um processo contínuo e dinâmico de responsabilidade de toda a comunidade.

Dentro deste quadro, o Departamento de Estudos e Projetos Urbanos propõe, neste Termo de Referência, algumas alterações no desenvolvimento dos trabalhos de apoio municipal, visando a elaboração de uma programação que atenda aos seguintes requisitos:

- **PRIORIZAÇÃO DOS ATENDIMENTOS** - Visa a elaboração de uma programação de atendimento aos municípios, levando em conta critérios objetivos, baseados em levantamentos de dados constantes do projeto de Estudos Populacionais, realizado por este Instituto<sup>1</sup>. Tal programação procurará evitar ações *varejistas* e possibilitará o atendimento a municípios com maior grau de necessidade em função de critérios relativos a crescimento populacional, complexidade das funções urbanas e relações de interdependência econômica.

Desta forma, não se torna prioritário o atendimento em cidades cujas funções urbanas se apresentem ainda em forma embrionária (cidades em brionárias). Paralelamente verifica-se que muitas cidades pequenas (cidades locais incompletas) não apresentam problemas urbanos mais

---

<sup>1</sup> INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Estudos populacionais para cidades, vilas e povoados do Espírito Santo, 1985-2010; projeções demográficas, redes urbanas, caracterização do espaço. Vitória, 1985.

graves, que exijam uma maior intervenção do setor público. A priorização no atendimento, portanto, torna-se mais urgente em centros urbanos mais especializados, onde o processo político-administrativo é mais complexo em razão da concentração populacional e de suas funções urbanas.

A conclusão básica, decorrente destas observações iniciais, é que os problemas urbanos ocorrem com maior complexidade nas cidades de médio-porte (cidades locais completas) e atinge sua intensidade máxima nas cidades de maior porte (Grande Vitória e cidades regionais)<sup>2</sup>.

Esta priorização não impede o atendimento de demandas de municípios, que possam ocorrer por necessidades ou razões especiais de interesse dos Governos Estadual e Federal.

. INTEGRAÇÃO DOS TRABALHOS DO DTU - Visa evitar as ações isoladas no sentido de compatibilizar aspectos físicos, sociais, econômicos e institucionais para o desenvolvimento de ações municipais, através de tratamento interdisciplinar, evitando a concentração apenas em aspectos físico-territoriais. Por outro lado, esta integração possibilitará economia de recursos financeiros no desenvolvimento dos trabalhos do Instituto. A exemplo, na coleta de informações básicas, uma equipe interdisciplinar levantaria as informações necessárias aos trabalhos do DTU e não visando apenas um produto ou programa específico.

. ARTICULAÇÃO COM OUTROS ÓRGÃOS DE APOIO AO PLANEJAMENTO MUNICIPAL - O Poder Público Estadual no sentido de suprir as deficiências técnico-financeiras dos municípios, tem prestado, através da Coordenação Estadual de Planejamen

---

<sup>2</sup>Estes conceitos encontram-se no trabalho relacionado no item 1 e a classificação destas cidades no Estado, no quadro em anexo.

to - COPLAN-(Departamento de Articulação Municipal - DAM) e IJSN(DTU), assessoria nas diversas atividades do planejamento municipal.

Entretanto, inexistiu uma política que oriente e articule estas ações na gestão do apoio ao planejamento municipal. Tal situação agrava-se ainda mais quando a competência não se encontra definida com clareza, no tocante à atuação destes próprios órgãos. Daí, percebe-se de pronto, que trata-se de total desarticulação entre estes agentes públicos, que atuam de forma setORIZADA e isolada, desconsiderando mutuamente suas atuações e objetivos. Desse modo, o intercâmbio entre eles se limita, na maioria das vezes, ao eventual repasse de verbas.

Nesse sentido para que o apoio ao Planejamento Municipal se processe de forma eficiente e dinâmica, necessário se torna a articulação destes órgãos e a distribuição criteriosa de suas competências.

**PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA** - Visa democratizar o processo de planejamento, permitindo o intercâmbio de experiências e a busca de alternativas viáveis em direção à solução dos problemas urbanos. Por democratização neste contexto, entende-se a oportunidade de manifestação, pela população, de seus pontos de vista, bem como a participação no processo de tomada de decisões. Ela se torna viável quando se é criado um clima que permita transformar o **temor da represália**, em confiança nas instituições capazes de estimular conexões interpessoais e de sustentar ações coletivas. Ainda que as limitações político-institucionais, ao livre funcionamento das organizações populares estejam presentes, além da própria distância entre o poder público e o comportamento social efetivo, é necessário a abertura de canais que ofereçam oportunidades para a ação legítima em torno de objetivos próprios da população. Objetivos estes que não significam interesses particulares de camadas ou grupos sociais.

Somente com a participação e o apoio consciente da população organiza

da, é que o Poder Público terá condições para implementar uma política de planejamento urbano, para fazer frente aos interesses econômicos que tem se sobreposto aos interesses coletivos.

- . ACOMPANHAMENTO NA IMPLANTAÇÃO - Após elaboração dos trabalhos, com a participação de técnicos municipais e comunidade local, será proposta a criação de comissões compostas de representantes das equipes responsáveis pela elaboração dos trabalhos (IJSN, Prefeitura, COPLAN, Comunidade). Estas comissões terão como finalidade acompanhá-los na elaboração bem como esclarecê-los e divulgá-los junto ao legislativo, até o momento da aprovação dos projetos pela Câmara Municipal.
  
- . TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - As dificuldades de implantação do planejamento urbano municipal, surgem pelo não provimento nas Prefeituras, de técnicos capazes de operacionalizar tarefas a serem implementadas no município. Estas deficiências são observadas e manifestas nas solicitações dos Prefeitos Municipais. Acredita-se que, além dos reconhecidos entraves político-administrativos que existem no planejamento municipal, esta carência de técnicos poderá, a curto prazo, sustar o andamento do processo de planejamento. Destarte, justifica-se a inclusão de um programa de treinamento de recursos humanos como forma de garantir a continuidade do processo.

## OBJETIVOS

---

### OBJETIVOS GERAIS

- . Definir uma programação de atendimento aos municípios do Estado, visando a implantação de uma política de planejamento urbano integrada.
- . Assessorar, acompanhar e promover o treinamento das equipes técnicas locais na elaboração e implantação de planos, programas e projetos, visando o desempenho com maior dinamismo das funções de planejamento urbano municipal.
- . Incentivar e promover a participação da população local no processo de planejamento municipal, através da discussão e tomada de decisões, nas fases de elaboração, implantação e fiscalização dos trabalhos.

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- . Promover maior integração dos órgãos de apoio ao planejamento municipal com vistas a fortalecer o gerenciamento das questões urbanas, evitando paralelismo de ações e morosidade de respostas nas solicitações dos governos locais.
- . Elaborar documentos urbanísticos, com vistas à criação de mecanismos legais de controle do uso e ocupação do solo e de proteção ao meio ambiente, bem como normas de higiene e segurança.
- . Aperfeiçoar o sistema de arrecadação de impostos municipais, mediante a racionalização e a introdução de novos mecanismos de forma a ampliar o alcance dos tributos.



- . Possibilitar a concepção de uma estrutura administrativa para o governo local, levando em conta suas particularidades e potencialidades, com vistas a eliminar as disfunções existentes.
- . Promover reuniões com a população nas diversas fases dos trabalhos, com vistas à produção de conhecimento da realidade local.
- . Conscientizar a população e órgãos competentes, da necessidade de preservação e valorização do patrimônio natural e cultural no sentido de recuperar e fortalecer a identidade da população capixaba.
- . Promover a implementação de cursos e seminários de treinamento no campo do planejamento e da administração municipal.

## METODOLOGIA

---

Serão descritas a seguir as etapas necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos do DTU no Apoio ao Planejamento Municipal (vide Quadro II).

### 1. CONTATOS COM A PREFEITURA MUNICIPAL

Serão estabelecidos contatos com o Prefeito e funcionários municipais, para divulgação dos trabalhos do IJSN, bem como coleta de dados sobre o funcionamento da prefeitura (estrutura administrativa, quadro de pessoal técnico, qualidade dos serviços públicos etc), cartografia existente e aspectos históricos da formação do município, no sentido de detectar suas necessidades quanto a possíveis demandas de trabalho.

A partir destes levantamentos e verificado o interesse por parte do Executivo Municipal, será elaborado relatório contendo as principais informações, objetivos e metas dos trabalhos a serem desenvolvidos.

### 2. ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA E FIRMATURA DE CONVÊNIO

Com base no relatório realizado na etapa anterior, deverá ser elaborado o Termo de Referência, onde serão dimensionados os trabalhos, prazo, equipe, custos etc, que servirão de base para a firmatura de convênio entre o IJSN e a Prefeitura Municipal interessada.

### 3. INFORMAÇÕES E ESTUDOS BÁSICOS

O trabalho de elaboração de um plano integrado deve começar pela coleta e estudo de informações acerca das condições físicas, culturais e sócio-econômicas dos municípios. Essas informações incluirão não só

dados históricos, geográficos, topográficos e meteorológicos da cidade e da região, mas também acerca da população e suas características, instalações públicas e particulares e toda espécie de atividades.

A utilidade da pesquisa e a análise dos dados levantados será de fundamental importância para o desenvolvimento de todos os trabalhos do DTU no Apoio ao Planejamento Municipal.

Nesta etapa, é imprescindível a divulgação dos trabalhos a serem realizados, de forma a garantir a participação e o apoio da população nas fases subsequentes.

Desnecessário se torna descrever aqui todos os aspectos do levantamento de informações do município, entretanto será de utilidade uma descrição de forma sucinta dos principais itens sobre os quais será necessário reunir dados e informações:

### 3.1. FÍSICOS

- a) Aspectos Gerais (relações geográficas e regionais, topografia; geologia, clima, pedologia, traçado urbano).
- b) Uso do Solo.
- c) Ocupação do Solo (levantamento de loteamentos regulares, irregulares, clandestinos).
- d) Equipamentos Urbanos.
- e) Sistema viário e transporte (urbano e intermunicipal).
- f) Edifícios públicos.
- g) Índices urbanísticos (taxa de ocupação, densidade, gabarito, etc).

### 3.2. AMBIENTAIS

- a) Levantamento da Biogeografia (Mapeamento da Fauna e da Flora).
- b) Localização de fontes e mananciais.
- c) Levantamento de fontes poluidoras.

### 3.3. SOCIAIS

- a) População (crescimento, distribuição, composição, característica e tendência).
- b) Educação (pública e particular).
- c) Espaços livres de uso público (praças, jardins, áreas de esporte, etc).
- d) Organização popular (associações de moradores, cooperativas e sindicatos).
- e) Instituições religiosas.

### 3.4. SAÚDE E SANEAMENTO

- a) Saúde (estabelecimentos hospitalares, doenças mais frequentes, índice de mortalidade infantil).
- b) Saneamento (abastecimento d'água, esgotamento sanitário e pluvial, limpeza pública, coleta domiciliar de lixo).

### 3.5. ECONÔMICOS

- a) Agricultura, Pecuária e Extração.
- b) Indústrias (existentes e em fase de implantação).
- c) Comércio varejista e atacadista.
- d) Mercados.
- e) Emprego e renda.

### 3.6. FINANCEIROS

- a) Receita proveniente de tributos.
- b) Cadastro imobiliário.
- c) Planta genérica de valores.
- d) Articulação do setor de cadastro com o de obras.
- e) Processamento de dados.
- f) Recursos humanos existentes.

### 3.7. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL

- a) Levantamento geral da estrutura administrativa.
- b) Levantamento da estrutura de planejamento e de programação orçamentária.
- c) Levantamento dos custos industriais dos serviços e bens públicos.

### 3.8. LEGAIS

- a) Lei de Perímetro Urbano.
- b) Código Tributário Municipal.
- c) Lei de Parcelamento do Solo.
- d) Código de Obras.
- e) Código de Posturas.
- f) Lei de Emplacamento e Numeração de Vias.
- g) Lei de Zoneamento.
- h) Planos Especiais (Ocupação do Solo, Estruturação do Espaço, Diretor Urbano).
- i) Lei de Regularização de Loteamentos.

j) Lei de Proteção ao Meio-Ambiente.

### 3.9. CULTURAIS

- a) Artesanato.
- b) Medicina Popular.
- c) Manifestações Folclóricas.
- d) Literatura Popular.
- e) Teatro Popular.
- f) Associações e núcleos culturais existentes.
- g) Espaços disponíveis.
- h) Manifestações Religiosas.
- i) Grupos Étnicos
- j) Indústria Artesanal (doces, bebidas, farinha, alambiques)
- l) Levantamento oral da história (depoimento de pessoas idosas)
- m) Aspirações culturais da comunidade.

### 3.10. CARTOGRAFIA BÁSICA

Este item será melhor detalhado em função de sua importância na sequência dos trabalhos. A inexistência de uma cartografia básica adequada poderá comprometer em muito a qualidade dos trabalhos, quanto à veracidade das informações, do ponto de vista técnico, tornando imprecisos os estudos e propostas. Para tanto, as informações acerca da cartografia básica deverão ser checadas já na fase de contato com as prefeituras para que possam ser providenciadas, antes mesmo da fase de coleta de dados (informações básicas).

Serão indicadas aqui as principais cartas e plantas necessárias para a composição de um retrato da situação atual da área a ser

planejada:

- a) O Município na Região - Escala 1:100.000 ou 1:50.000-com curvas de nível de 10 em 10 metros, dependendo da área de influência do município, mostrando áreas urbanizadas, estradas de rodagem principais (municipais, estaduais e federais), estradas de ferro, aeroportos, linhas de transmissão, acidentes geográficos, rosa-dos-ventos, fluxo de mercado entre as diferentes áreas urbanizadas e outras informações relevantes para a região.

Tais mapas especificados acima prestam-se melhor a planos regionais, normalmente menos minuciosos que os Planos Diretores Urbanos e mapas oficiais. As escalas pequenas (módulos maiores) para os mapas de áreas maiores têm a vantagem de proporcionar uma vista geral da região que circunda a cidade, fornecendo assim, excelente base para o estudo das relações entre a cidade e as áreas circunvizinhas.

- b) Planta da Cidade - Escala 1:25.000-obtida por levantamento de campo, por fotografias aéreas ou pelo método misto, usando fotografias aéreas como base e levantamento de campo para o traçado dos contornos e outros detalhes. Este último método vem sendo utilizado pela equipe do DTU na elaboração das leis de perímetro urbano de alguns municípios, quando não se encontra uma base cartográfica adequada. Embora deficiente na representação gráfica da estrutura urbana, auxilia como mapa ilustrativo na descrição de pontos geográficos na delimitação do perímetro urbano.
- c) Mapa Topográfico - Escala 1:5.000 ou 1:2.000 - constituído de plantas da sede e dos distritos urbanos, curvas de nível de metro em metro, sistema viário, quadras, áreas verdes e os demais usos do solo (residencial, comercial, industrial, institucional), locais próprios e impróprios à urbanização (áreas

sujeitas a inundações, declividade acentuada), equipamentos públicos urbanos (rede de água, luz, esgoto), acidentes geográficos e outros detalhes compatíveis com a escala.

Tal conjunto de mapas caracteriza uma situação ideal como base cartográfica para o planejamento urbano. Pode ser obtido através de restituição aerofotogramétrica com base em voo recente ou através de levantamento planialtimétrico e cadastral. Como alternativa aos altos custos de serviços desta natureza, sugere-se o estabelecimento de convênios com o DER (Departamento Estadual de Estradas e Rodagem) ou ETEFES (Escola Técnica Federal do Espírito Santo) na opção pelo segundo tipo de levantamento. A realização dos serviços por estas instituições, além da garantia de qualidade do trabalho, irá reduzir consideravelmente os custos para o Poder Público Municipal e Estadual.

- d) Planta Cadastral das Áreas Urbanizadas - Escala 1:2.000 ou 1:1.000 - contendo todos os elementos planimétricos das plantas descritas no item c, incluindo ainda, dimensões e área de todos os imóveis e sua distribuição na malha urbana e outros elementos de interesse do cadastro imobiliário urbano.

Em alguns municípios poderão ser encontradas estas plantas em razão do projeto CIATA. A principal desvantagem é que as mesmas, não contêm elementos de altimetria e, a planimetria não apresenta exatidão em sua representação gráfica.

Caso não exista nenhuma base cartográfica no município e se faça a opção pela elaboração da Planta Cadastral, alguns cuidados deverão ser tomados para evitar que o excesso de detalhes prejudique as informações. Recomenda-se que a planta cadastral seja representada dentro de um sistema cartesiano ortogonal e, os levantamentos de campo realizados com aparelhos eletrônicos de alta precisão. Do mesmo modo, poderão ser realizados convênios

com as entidades anteriormente citadas, para execução destes serviços.

#### 4. REUNIAO COM A COMUNIDADE LOCAL

Pretende-se nesta etapa, a apresentação e interpretação das informações levantadas e coleta de sugestões, que subsidiarão a elaboração de minutas de trabalho de interesse do município. De acordo com a extensão e população das áreas urbanas, esta reunião poderá ser realizada por bairros ou por setores, de modo a facilitar as discussões e incentivar uma maior participação. Dessas reuniões poderão ser criadas comissões de apoio à elaboração dos trabalhos previstos na etapa posterior

#### 5. ELABORAÇÃO DE MINUTAS

Com base nos levantamentos realizados e com as sugestões apresentadas na discussão com a comunidade, será elaborada pelos técnicos do IJSM e Prefeitura, planos e/ou programas especiais, minutas de anteprojeto de lei, bem como outros documentos necessários à implementação do processo de planejamento ao nível local. Serão detalhados no item **produto** deste Termo de Referência, todos os trabalhos que poderão ser desenvolvidos pelo DTU no Apoio ao Planejamento Municipal.

#### 6. DISCUSSAO DAS MINUTAS

Elaborada a minuta, esta deverá ser submetida à comunidade (através de seminários e reuniões) e ao Executivo Municipal. Nesta fase deverá também, ser formada comissão com integrantes da comunidade e técnico do IJSN, COPLAN e Prefeitura para posterior discussão com o Legislativo Municipal, no momento da aprovação dos projetos de lei.



## 7. APRESENTAÇÃO A CÂMARA MUNICIPAL

Na discussão com o Legislativo, a comissão referida anteriormente, deverá apresentar os trabalhos e justificar a importância da aprovação destes documentos junto com o Executivo Municipal.

## 8. TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Estão previstos treinamentos das equipes municipais, a serem iniciados concomitantemente à etapa de levantamento de informações básicas. Este treinamento ocorre desde esta etapa até a apresentação dos trabalhos à Câmara Municipal.

Identificadas potencialidades pessoais e necessidades das administrações municipais, serão realizados treinamentos em áreas específicas para capacitação ao exercício de funções técnicas necessárias a continuidade e gestão do processo de planejamento local.

O Instituto Jones dos Santos Neves poderá utilizar a Escola de Serviços Públicos, para realização destes eventos, uma vez que, a escola órgão do Estado responsável pelo treinamento dos servidores e, portanto, possui melhores condições de operacionalização e de apoio aos eventos a serem programados.

## 9. ELABORAÇÃO DE MANUAIS E CARTILHAS

Serão elaboradas cartilhas para divulgação dos trabalhos e para despertar o interesse da população na participação do planejamento local, e manuais de orientação técnica para os servidores municipais. Serão escritos em linguagem adequada e ilustrados, contendo a conceituação dos diversos trabalhos (lei, planos, políticas), informações sobre saneamento básico, normas de construção e outras informações.

Este material será utilizado como apoio nas fases de reunião com a população local, discussão da minuta, discussão com a Câmara Municipal e Treinamento de Recursos Humanos.

**PRODUTOS**

---

**1. Legislação urbana, tributária e meio ambiente**

- a) Lei de Perímetro Urbano;
- b) Código Tributário Municipal, Regulamento e Legislação de Apoio;
- c) Lei de Parcelamento do Solo Urbano;
- d) Código de Obras;
- e) Código de Posturas;
- f) Lei de Emplacamento e Numeração de Vias;
- g) Lei de Zoneamento;
- h) Lei de Regularização de Loteamentos;
- i) Lei de Proteção ao Meio Ambiente.

**2. Planos Especiais**

- a) Físicos;
- b) Integrados.

**3. Cadastramentos:**

- a) Cadastro Fiscal Imobiliário Municipal;
- b) Cadastro Sócio-econômicos;
- c) Cadastro do Patrimônio Natural e Cultural do Estado do Espírito Santo.



QUADRO I

REDE URBANA - 1985  
ESPIRITO SANTO

AREA CENTRAL	CIDADE REGIONAL COMPLETA	CIDADE REGIONAL INCOMPLETA	CIDADE LOCAL COMPLETA	CIDADE LOCAL INCOMPLETA	CIDADE EMBRIONÁRIA
Grande Vitória	Linhares				Farias Povoação - Regência
				Bebedouro	
				Córrego D'Água	Juncado
				Rio Bananal	São Jorge do Tiradentes
					Fundão
					Praia Grande
					Timbuí
					Santa Cruz
				Alfredo Chaves	Sagrada Família
				Domingos Martins	Araguaia Marechal Floriano Parajú
				Santa Leopoldina	Caramuru
Stª Maria Jetibá	Garrafão				

Continua

Continuação

2

REDE URBANA - 1985  
ESPIRITO SANTO

ÁREA CENTRAL	CIDADE REGIONAL COMPLETA	CIDADE REGIONAL INCOMPLETA	CIDADE LOCAL COMPLETA	CIDADE LOCAL INCOMPLETA	CIDADE EMBRIONARIA
Grande Vitória				Santa Tereza	
			Afonso Cláudio		Fazenda Guandu São Francisco Serra Pelada
				Laranja da Terra	
			Aracruz		Barra do Riacho
			Guarapari	Anchieta Piuma	
			João Neiva	Ibiraçu	
Venda Nova	Conceição do Castelo	São João de Viçosa São José da Freuteira			

Continua

26

Continuação

REDE URBANA - 1985

ESPIRITO SANTO



AREA CENTRAL	CIDADE REGIONAL COMPLETA	CIDADE REGIONAL INCOMPLETA	CIDADE LOCAL COMPLETA	CIDADE LOCAL INCOMPLETA	CIDADE EMBRIONÁRIA
Grande Vitória	Cachoeiro de Itapemirim		Alegre	Itapemirim  Muqui  Presidente Kennedy  Rio Novo do Sul  Muniz Freire	Atílio Vivácqua Camará Jaciguá Itaoca Rio Muqui São José das Torres Vargem Alta  Graúna Itaipava  Jaqueira Santo Eduardo  Anutiba Araraí Jerônimo Monteiro  Menino Jesus Piaçu

Continuação  
 REDE URBANA - 1985  
 ESPÍRITO SANTO

ÁREA CENTRAL	CIDAEE REGIONAL COMPLETA	CIDADE REGIONAL INCOMPLETA	CIDADE LOCAL COMPLETA	CIDADE LOCAL INCOMPLETA	CIDADE EMBRIONÁRIA	
Grande Vitória	Cachoeiro de Itapemirim		Castelo		Conduru	
			Guaçuí		Estrela do Norte	
		Iconha		Celina		
		Mimoso do Sul		Divino São Lourenço		
Colatina	Cachoeiro de Itapemirim				Dores do Rio Preto	
					Ibitirama	
				Bom Destino		
				Duas Barras		
Colatina	Cachoeiro de Itapemirim				Conceição do Muqui	
					Santo Antônio do Muqui	
				São José das Torres		
				São Pedro de Itabapoana		
Colatina	Cachoeiro de Itapemirim				Acioli	
					Graça Aranha	
				Monte Sinai		
				Novo Brasil		
Colatina	Cachoeiro de Itapemirim				São Domingos	
					São Roque	
Colatina		Cachoeiro de Itapemirim				Itaçu
						Itaimbé
Colatina	Cachoeiro de Itapemirim				Itaguaçu	
					Itarana	

Continuação

REDE URBANA - 1985

ESPIRITO SANTO

5

ÁREA CENTRAL	CIDADE REGIONAL COMPLETA	CIDADE REGIONAL INCOMPLETA	CIDADE LOCAL COMPLETA	CIDADE LOCAL INCOMPLETA	CIDADE EMBRIONÁRIA
Grande Vitória	Colatina		Baixo Guandú	Marilândia	São Rafael Ibitúba Sobreiro
			Nova Venécia	Boa Esperança Córrego Grande	Cristalino Nestor Gomes Santo Antônio do Quinze São José da Barra Seca Santa Maria Sobradinho Praça Rica Todos os Santos
			Pancas	Alto Rio Novo	Laginha Vila Verde
			São Gabriel da Palha		Águia Branca Fartura São Roque da Terra Roxa Valério

Continua

Continuação

REDE URBANA - 1985  
ESPIRITO SANTO

6

ÁREA CENTRAL	CIDADE REGIONAL COMPLETA	CIDADE REGIONAL INCOMPLETA	CIDADE LOCAL COMPLETA	CIDADE LOCAL INCOMPLETA	CIDADE EMBRIONÁRIA
Grande Vitória		São Mateus	Pedro Canário	Conceição da Barra Jaguaré	Braço do Rio Itaúnas Sayonara
			Bom Jesus de Itabapoana (R.J.)	Apiacá Bom Jesus do Norte São José do Calçado	Cristal Ponte de Itabapoana.
	Manhuaçu (M.G.)			Ibatiba Iuna	Pequiá Irupí Santíssima Trindade

Continua

Continuação

REDE URBANA - 1985

ESPIRITO SANTO

ÁREA CENTRAL	CIDADE REGIONAL COMPLETA	CIDADE REGIONAL INCOMPLETA	CIDADE LOCAL COMPLETA	CIDADE LOCAL INCOMPLETA	CIDADE EMBRIONÁRIA
	Mantena (M.G.)		Barra de S. Francisco	Mantenópolis	Santa Luzia de Mantenoópolis. São Geraldo
				Água Doce	Boa Vista Cedrolândia Gov. Lacerda de Aguiar Guararema Monte Senir Paulista Santo Antônio Vargem Alegre
			Ecoporanga		Bom Destino Santa Luzia do Azul Santo Agostinho Vila Nelita
	Nanuque (M.G.)		Montanha	Vinhático	Imburama Joaçuba Santa Terezinha Itabaiana Itamira Mucurici Ponto Belo

